

EDUCAÇÃO CIDADÃ PARA UMA NOVA ESCOLA

Entrevista concedida ao Editor por correio eletrônico

MOACIR GADOTTI é um dos nomes mais importantes da educação brasileira e mundial, pontuando como um atualizador e divulgador da obra conceitual de Paulo Freire. Participa da organização do Fórum Social Mundial e do Fórum Mundial de Educação. Doutor em Ciências da Educação pela Universidade de Genebra, professor titular da Universidade de São Paulo e diretor do Instituto Paulo Freire, é autor, entre outras obras, de: *A educação contra a educação* (Paz e Terra, 1979), *Convite à leitura de Paulo Freire* (Scipione, 1988), *História das idéias pedagógicas* (Ática, 1993), *Pedagogia da práxis* (Cortez, 1994), *Perspectivas atuais da educação* (Artes Médicas, 2000), *Pedagogia da Terra* (Peirópolis, 2000) e *Os mestres de Rousseau* (Cortez, 2004).

Expressão Sindical – Professor, o conceito de ‘Escola Cidadã’ parece orientar as ações mais recentes do Instituto Paulo Freire. O que ele procura expressar?

Moacir Gadotti – Não se pode falar de Escola Cidadã sem compreendê-la como escola participativa, escola apropriada pela população como parte da apropriação da cidade a que pertence. Essa apropriação se dá por mecanismos criados pela própria escola, como o Colegiado Escolar, a Constituinte Escolar, o projeto político-pedagógico, plenárias pedagógicas e outros. Esse ato de sujeito da própria cidade leva para dentro da escola os interesses e necessidades da população. Quando Paulo Freire iniciou a sua gestão à frente da Secretaria Municipal de Educação de São Paulo, em 1989, ele falava em “Escola Pública Popular”. Foi no final da gestão que ele começou a falar nessa escola como Escola Cidadã, definindo-a como uma “escola de companheirismo”, uma escola que “vive a experiência tensa da democracia.” Nosso conceito de Escola Cidadã inspira-se nele.

ES – Quando começou o movimento pela Escola Cidadã?

MG – O movimento da educação cidadã começou no final da década de 80 e início da de 90. Inicialmente, esse movimento estava muito centrado na democratização da gestão e no planejamento participativo. Aos poucos, ampliou suas preocupações para a construção de um novo currículo (interdisciplinar, transdisciplinar, intercultural) e de relações sociais, humanas e intersubjetivas novas, enfrentando os graves problemas gerados pelo aumento da violência e da deterioração da qualidade vivida nas cidades e no campo. Uma década de inovação e de experimentação com base numa concepção cidadã da educação foi suficiente para gerar um grande movimento, uma perspectiva concreta de futuro para a escola, principalmente para a pública. Esse movimento demonstra que a sociedade civil está reagindo à tendência oficial neoliberal de internacionalização da agenda da educação com base nas ‘receitas’ contidas em ‘recomendações’ de organismos internacionais como o Banco Mundial e o FMI.

ES – Qual é a relação entre o movimento da Escola Cidadã e o movimento das Cidades Educadoras?

MG – A cidade dispõe de inúmeras possibilidades educadoras. A vivência na cidade, por si só, se constitui num espaço cultural de aprendizagem permanente e espontânea. Ela nos fala, às vezes grita, chamando a atenção, proclamando seus feitos, sua história. Precisamos parar para escutar a cidade. Nesse sentido, ela também nos educa. Ela é, ao mesmo tempo, educadora e educanda. Uma cidade pode ser considerada como uma cidade que educa quando, além de suas funções tradicionais – econômica, social, política e de prestação de serviços –, exerce uma nova função, cujo objetivo é

a formação para e pela cidadania.

ES – O que é educar para e pela cidadania?

MG – A resposta a essa pergunta depende da resposta a outra: o que é cidadania? Pode-se dizer que cidadania é essencialmente consciência de direitos e de deveres e exercício da democracia: direitos civis, como segurança e locomoção; direitos sociais, como trabalho, salário justo, saúde, educação, habitação etc.; direitos políticos, como liberdade de expressão, de voto, de participação em partidos políticos e sindicatos etc. Não há cidadania sem democracia.

ES – Qual é o papel da escola e do professor na educação para a cidadania?

MG – O papel da escola (cidadã), nesse contexto, é contribuir para criar as condições que viabilizem a cidadania, por intermédio da socialização da informação, da discussão, da transparência, gerando uma nova mentalidade, uma nova cultura em relação ao caráter público do espaço da cidade. Numa perspectiva transformadora, a escola educa para ouvir e respeitar as diferenças, a diversidade que compõe a cidade e que constitui sua grande riqueza. Para que a escola seja espaço de vida, e não de morte, ela precisa estar aberta à diversidade cultural, étnica, de gênero e às diferentes opções sexuais. As diferenças exigem uma nova escola. E não basta respeitar os diferentes; é preciso valorizar as diferenças como uma grande riqueza e não como uma deficiência. Diante dos novos espaços de formação, criados pela sociedade da informação, a escola os integra e articula. Ela deixa de ser ‘lecionadora’ para ser cada vez mais ‘gestora’ da informação generalizada, construtora e reconstrutora de saberes e conhecimentos socialmente significativos.

ES – O Instituto Paulo Freire é membro do Conselho Internacional do Fórum Social Mundial (FSM) e secretaria o Fórum Mundial de Educação (FME). O FSM pode ser considerado um movimento educativo?

MG – O FSM trabalha com o lema ‘um outro mundo é possível’. Nós sustentamos que para outro mundo possível uma outra educação é necessária. O processo de construção de outro mundo possível é eminentemente educativo. Não dá para entender a ação transformadora do FSM sem compreendê-lo em sua dimensão pedagógica. Não dá para entender o processo do Fórum Social Mundial como um processo político sem levar em conta a sua dimensão pedagógica – toda relação de hegemonia é uma relação pedagógica; toda relação pedagógica é necessariamente política. Entender o FSM como um processo político de mudança, implica entendê-lo como um processo pedagógico de aprendizagem da mudança.

ES – Qual é a grande contribuição pedagógica do Fórum Social Mundial? Como ele se articula com o Fórum Mundial de Educação?

MG – A grande novidade do FSM é que ele desbancou a descrença, o fatalismo neoliberal e o pensamento único. O pior não é o mundo que está aí: o pior é pensar que só esse mundo é possível, um mundo transformado em fetiche. Como movimento pedagógico, tanto um quanto outro opõem-se à crescente fetichização e à mercantilização da educação. A fetichização instaurou um mundo de insensibilidade e de naturalização de tudo. Só uma nova conscientização contra a fetichização poderá desbloquear esse travamento da humanidade. O FSM e o FME, por isso, constituem um único e grande movimento de reeducação planetária, que é uma educação para um outro mundo possível.

ES – Em que consiste esta educação para um outro mundo possível?

MG – Educar para outro mundo possível é educar para conscientizar, como queria Paulo Freire, para desalienar, para desfetichizar. O fetichismo transforma as relações humanas em fenômenos estáticos, impossíveis de modificar. Fetichizados, somos incapazes de agir porque o fetiche inibe a capacidade de fazer. Fetichizados, apenas repetimos o já feito, o já dito, o que já existe. Educar para outro mundo possível é tornar visível o que foi escondido para oprimir, é dar voz aos que não são escutados. A luta feminista, o movimento ecológico, o movimento zapatista, o movimento dos sem terra e outros deram visibilidade ao que estava invisibilizado por séculos de opressão.

ES – Quando o FSM sustenta o ideal de um outro mundo possível está pensando num contraponto ao pensamento único neoliberal. Isso não seria o mesmo que opor um pensamento único a outro pensamento

único?

MG – Não. A um pensamento único não podemos opor outro pensamento único. O FSM considera a diversidade como a característica fundamental da humanidade. Por isso, não pode haver um único modo de produzir e de reproduzir nossa existência no planeta. O que há de comum é a diversidade humana. Diante dela abre-se a possibilidade da diversidade de mundos possíveis. Por isso, educar para outro mundo possível é educar para outros mundos possíveis, para a emergência do que ainda não é, o ainda-não, a utopia. Trata-se de assumir a história como possibilidade, e não como fatalidade, como sustentava Paulo Freire. Assim, educar para outros mundos possíveis é também educar para a ruptura, a rebeldia, a recusa, para dizer ‘não’, para gritar e sonhar com outros mundos possíveis. Denunciando e anunciando.

ES – Qual é o núcleo central da concepção neoliberal da educação à qual o FSM e o FME se contrapõem?

MG – O neoliberalismo concebe a educação como uma mercadoria, reduzindo nossas identidades às de meros consumidores, desprezando o espaço público e a dimensão humanista da educação. Opondo-se a esse paradigma, a educação para outros mundos possíveis respeita e valoriza a diversidade, convive com a diferença, promove a intertransculturalidade. O núcleo central da concepção neoliberal da educação é a negação do sonho e da utopia. Por isso, uma educação para outros mundos possíveis é, sobretudo, uma educação para o sonho, uma educação para a esperança.

ES – Por que vocês insistem tanto na questão da mercantilização da educação?

MG – A mercantilização da educação é um dos desafios mais decisivos da história atual, porque ela sobrevaloriza o econômico em detrimento do humano. Só uma educação emancipadora poderá inverter essa lógica, formando para a consciência crítica e a desalienação. Educar para outros mundos possíveis é educar para a qualidade humana, para “além do capital”, como nos disse István Mészáros na abertura do Fórum Mundial de Educação de 2005. A globalização capitalista roubou das pessoas o tempo para o bem viver e o espaço da vida interior, roubou a capacidade de produzir dignamente as nossas vidas. Cada vez mais gente é reduzida a máquinas de produção e de reprodução do capital.

ES – Diante disso, qual seria o grande desafio posto para os educadores e para a escola?

MG – Diante dos efeitos perversos da globalização, opomos o paradigma da planetarização, que consiste em pensar a terra como uma única comunidade, una e diversa. Nosso desafio é construir uma outra lógica, reformar o pensamento, como alerta Edgar Morin. Os paradigmas clássicos, arrogantemente antropocêntricos e industrialistas, não têm suficiente abrangência para explicar a realidade de hoje. Por não ter essa visão holística, não conseguiram dar nenhuma resposta à rota de extermínio do planeta e ao rumo da cruel diferença entre ricos e pobres. Os paradigmas clássicos estão levando o planeta ao esgotamento de seus recursos naturais. Por isso, hoje somos chamados a pensar e agir a partir de uma nova cultura política e de uma visão de mundo essencialmente “conectiva”, como dizia Paulo Freire. Nós, educadores, como seres conectivos, buscamos construir uma cultura da paz e da sustentabilidade.